COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**Pauta da 3ª Reunião Ordinária (virtual) do ano de 2021**

Data: 17/03/2021

Horário: 11:30 h

Local: Auditório Virtual

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 452/2016 - Autor: Ver. PAULO FRANGE (PTB) - INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO O "PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTES OU QUALQUER INTERCORRÊNCIA OCORRIDOS DENTRO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2) PR 9/2018 - Autor: Ver. RUTE COSTA (PSDB) - INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A HONRARIA POLICIAL DESTAQUE DO ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

3) REQ. FIN 4/2021 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT) - À Comissão de Finanças e Orçamento, Tendo em vista que a Secretaria Municipal de Cultura registra cortes orçamentários no valor de R\$ 35,4 milhões, desconsiderando as decisões desta Egrégia Casa legislativa referente ao orçamento de 2021.

Requeiro, com fundamento nos artigos 55 e 56 do Regimento Interno desta Casa, que seja submetida ao Plenário desta Comissão de Finanças e Orçamento, a proposta de instalação da Subcomissão de Cultura, destinada ao estudo, análise e debate de projetos de lei, programas e projetos, composta por três membros, com prazo de 120 dias, prorrogáveis pelo mesmo período.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE**Pauta da 4ª Reunião Ordinária (semipresencial) do ano de 2021**

Data: 17/03/2021

Horário: 13:00 h

Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar - e Auditório Virtual

1) PL 49/2017 - Autor: Ver. RODRIGO GOULART (PSD) - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "PLANTANDO VIDA", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2) PL 226/2018 - Autor: Ver. FABIO RIVA (PSDB); Ver. ISAC FELIX (PL) - ADOTA AS NORMAS TÉCNICAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, EM MATÉRIA DE CRITÉRIOS DE SEGURANÇA DAS ÁREAS DE ARMAZENAMENTO DE RECIPIENTES TRANSPORTÁVEIS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DESTINADOS OU NÃO À COMERCIALIZAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ACRESCENTA E ALTERA ARTIGOS DA LEI Nº 11.782, DE 26 DE MAIO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3) PL 10/2019 - Autor: Ver. RICARDO TEIXEIRA (DEM) - DISPÕE SOBRE O REUSO DE ÁGUA NÃO POTÁVEL NA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

4) PL 39/2019 - Autor: Ver. RICARDO TEIXEIRA (DEM) - DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE VAZÃO DE ÁGUA NAS TORNEIRAS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

5) PL 5/2020 - Autor: Ver. RICARDO NUNES (MDB) - AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA A TÍTULO NÃO ONEROSO À COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB-SP - DE PROPRIEDADE DE IMÓVEIS MUNICIPAIS INTEGRANTES DO CONJUNTO HABITACIONAL IV CENTENÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

6) PL 351/2020 - Autor: Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUSPENDER A EFICÁCIA E APLICABILIDADE DO DECRETO 58.832/2019 ENQUANTO DURAREM OS EFEITOS NEGATIVOS CAUSADOS A ATIVIDADE ECONÔMICA NA CIDADE DE SÃO PAULO PELA PANDEMIA (COVID-19), NAS CONDIÇÕES QUE ESTABELECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Comunicamos que não será realizada reunião ordinária da Comissão de Administração Pública em 17 de março de 2021,

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA**Pauta da 3ª Reunião Ordinária (semipresencial) do ano de 2021**

Data: 17/03/2021

Horário: 12:00 h

Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar - e Auditório Virtual

1) PL 548/2014 - Autor: Ver. ANDREA MATARAZZO (PSD); Ver. FABIO RIVA (PSDB) - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DA ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE) NOS PROJETOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOVAS OU QUE RECEBAM RETROFIT.

2) PL 313/2017 - Autor: Ver. EDIR SALES (PSD) - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA VAGA EXCLUSIVA DO PERMISSOÁRIO DE COMIDA DE RUA DEMARCADA PARA USO EM VIAS PÚBLICAS DO PERMISSOÁRIO DECORRENTE DA LEI Nº 15.947 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3) PL 474/2017 - Autor: Ver. MILTON LEITE (DEM); Ver. RODRIGO GOULART (PSD); Ver. CAIO MIRANDA CARNEIRO (DEM) - DISPÕE SOBRE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADAS FLUORESCENTES, DE VAPOR DE SÓDIO E MERCÚRIO E DE LUZ MISTA, E SEUS RESÍDUOS, DISCIPLINA O DESCARTE DESSOS PRODUTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

4) PL 662/2017 - Autor: Ver. EDIR SALES (PSD); Ver. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BOTÃO DO PÂNICO NO INTERIOR DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

5) PL 349/2018 - Autor: Ver. RUTE COSTA (PSDB) - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

6) PL 212/2020 - Autor: Ver. SANDRA TADEU (DEM) - OBRI-GA AS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA A OFERECEREM A TODOS OS SEUS FUNCIONÁRIOS TESTES DE CORONAVÍRUS BEM COMO EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS DE PROTEÇÃO E COMBATE À DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Requerimentos

7) REQ. ECON 5/2021 - Autor: Ver. CAMILO CRISTÓFARO (PSB) - Proposta de suspensão de Rodízio municipal de veículos quando o Município de São Paulo estiver na fase vermelha.

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública estabelecidos pelo decreto 59.283 de 16 de março de 2020 e decreto 59.291 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO os autos índices de contágio e de óbitos por Covid-19 desde o início da pandemia, segundo balanços do consórcio veiculado na imprensa;

CONSIDERANDO o risco eminente de contágio no transporte público, e visando proporcionar ao usuário a opção de utilizar transporte individual, se assim for possível;

REQUEIRO para esta comissão nos termos regimentais que quando, durante a Pandemia, for instaurada a medida mais restritiva, denominada Fase Vermelha, que seja automaticamente suspenso, o rodízio municipal de veículos.

8) REQ. ECON 6/2021 - Autor: Ver. SENIVAL MOURA (PT); Ver. LUANA ALVES (PSOL) - Considerando DECRETO ESTADUAL Nº 65.563, DE 11/03/2021, que institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas.

Considerando DECRETO MUNICIPAL Nº 60.118, DE 12 DE MARÇO DE 2021, que dispõe sobre a adoção de providências objetivando mitigar a propagação da COVID-19 e o reforço das medidas de isolamento social, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 65.563, de 11 de março de 2021.

REQUEIRO à Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, nos termos do art. 46, VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo (Resolução nº 2 de 26 de abril de 1991), seja oficiada a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, na pessoa do Secretário Levi dos Santos Oliveira, para que forneça as seguintes informações:

1) Estão sendo cobradas das empresas responsáveis pelo transporte público na cidade de São Paulo:

a) Medidas para garantir a higienização do transporte público no município de São Paulo? Se sim, quais são essas medidas? Qual a periodicidade da higienização?

b) Essas empresas estão garantindo equipamento de proteção individual em condições adequadas, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde?

2) Solicito um relatório detalhado da fiscalização realizada pelo Poder Público sobre o cumprimento dessas medidas.

3) Quais procedimentos (protocolo) as empresas devem seguir para a higienização dos coletivos?

4) Como a SPTrans tem fiscalizado, existe um ranking de atuações referente esse quesito?

5) Conforme novas medidas de restrições na Cidade, no primeiro dia 15/03, vimos terminais e ônibus lotados, houve alteração na programação? A frota está operando do em sua totalidade?

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**Pauta da 5ª Reunião Ordinária (virtual) do ano de 2021**

Data: 17/03/2021

Horário: 14:00 h

Local: Auditório Virtual

CONVITE

- Sr. Fernando Padula Novaes - Secretário Municipal de Educação

DIVERSOS

1) PL 633/2018 - Autor: Ver. RUTE COSTA (PSDB) - INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A CRIAÇÃO DE "AÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE" NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO. REQUERIMENTOS

2) REQ. EDUC 22/2021 - Autor: Ver. CRIS MONTEIRO (NOVO) - CONSIDERANDO ser competência da Comissão de Educação, Cultura e Esportes opinar sobre as questões relativas aos serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer, bem como ações sociais voltadas à comunidade. CONSIDERANDO a situação de emergência na qual se encontra a Cidade de São Paulo diante da pandemia do Coronavírus há quase um ano e as dificuldades por ele impostas. CONSIDERANDO o papel da Câmara de Vereadores dentro do ordenamento jurídico brasileiro de fiscalizar e legislar sobre assuntos de interesse local. CONSIDERANDO que alguns Vereadores têm tido dificuldades para adentrar as Instituições de Ensino Municipais, exercendo seu papel fiscalizador. CONSIDERANDO o deliberado na reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes no dia 10 de março de 2021, na qual se discutiu a necessidade de definição de protocolos específicos para garantir o exercício da função do Vereador no que tange a fiscalização dos estabelecimentos públicos. REQUEIRO que seja enviado, ao Sr. Secretário Municipal de Educação, Fernando Padula, em nome desta Comissão, sugestão de protocolo de regras para visitação às escolas, por parte dos Senhores Vereadores, durante o período de calamidade pública na Cidade, instituído pelo Decreto nº 59.291 de 20 de março de 2020.

PROTÓCOLO SUGERIDO

Com fundamento no Art. 14, XV da Lei Orgânica do Município e o disposto no Art. 2º e Art. 4º do Decreto Municipal nº 60.058, de 27 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituído o protocolo de regras para visitação às escolas, por parte dos Senhores Vereadores, durante o período de calamidade pública na Cidade, instituído pelo Decreto nº 59.291 de 20 de março de 2020.

Art. 2º Os Vereadores deverão informar, por meio de email ou documento formal, dia e horário de visita à Unidade Educacional. § 1º As visitas devem ser informadas no prazo de até 5 dias de antecedência. § 2º Em caso de impossibilidade de recebimento da autoridade no dia e horário informado, a Unidade de Ensino deverá sugerir nova data, no prazo de até 5 dias. § 3º Caso a Unidade de Ensino não responda no prazo determinado no § 2º, o Vereador poderá realizar a visita no dia e horário informado.

Art. 3º Os Vereadores poderão realizar a visita acompanhados de até 2 assessores durante o período de calamidade pública, instituído pelo Decreto nº 59.291 de 20 de março de 2020.

Art. 4º Todos os visitantes deverão fazer uso de máscara de proteção e respeitar os protocolos de distanciamento, durante todo o período de visitação.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

COMISSÕES REUNIDAS**PARECER CONJUNTO Nº 36/2021 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER; E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 123/2021.**

Trata-se de Substitutivo nº 1 apresentado em Plenário pela Liderança do Governo ao projeto de lei nº 123/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que ratifica o protocolo de intenções firmando entre municípios brasileiros com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, medicamentos, insumos e equipamentos na área de saúde.

De acordo com a propositura, o protocolo de intenções, após a sua ratificação, será convertido em consórcio público, o qual terá personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica (artigos 2 e 3).

Além disso, o projeto autoriza a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da lei federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre o contrato de rateio a ser firmado entre os entes consorciados.

O substitutivo em questão aperfeiçoa a proposta original, na medida em que autoriza o Município de São Paulo a constituir garantias ou contratar seguro privado, nacional ou internacional, para a cobertura dos riscos referentes à responsabilidade civil, em relação a eventos adversos pós-vacinação, desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha con-

cedido o respectivo registro ou autorização temporária de uso emergencial.

Com efeito, a medida desvela inegável interesse público, haja vista que constitui garantia ao cidadão paulistano, assegurando que este obterá, caso necessário, a devida e célere reparação em face de potencial evento adverso da população. Por outro lado, trata-se, ainda, de meio apto a assegurar que Poder Público não tenha grandes imprevistos em seu planejamento financeiro em um cenário de grande incerteza.

Sob uma análise estritamente jurídica, o projeto reúne as condições necessárias para seguir em tramitação.

O instituto do consórcio público foi prestigiado pela Lei Orgânica do Município de São Paulo, havendo previsão expressa, em seu artigo 147, § 1º, no sentido de que "O Município favorecerá a formação e o funcionamento de consórcios entre municípios visando ao tratamento e a solução de problemas comuns."

O mesmo diploma normativo deixa claro competir ao Poder Legislativo, com a sanção do Prefeito "dispor sobre convênios com entidades públicas, particulares e autorizar consórcios com outros municípios".

Apesar de a contratação de seguro, cuida a proposta de norma de predominante interesse local da Comuna, estando amparada no artigo 30, I da Constituição Federal e nos artigos 13, I e 37, caput, da Lei Orgânica do Município, os quais conferem à Câmara competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

Como observa Celso Bastos a respeito do tema:

Cairá, pois, na competência municipal tudo aquilo que for de seu interesse local. É evidente que não se trata de um interesse exclusivo, visto que qualquer matéria que afete uma dada comuna findará de qualquer maneira, mais ou menos direta, por repercutir nos interesses da comuna nacional. Interesse exclusivamente municipal é inconcebível, inclusive por razões de ordem lógica: sendo o Município parte de uma coletividade maior, o benefício trazido a uma parte do todo acresce a este próprio todo. Os interesses locais dos Municípios são os que entendem imediatamente com as suas necessidades imediatas, e, indiretamente, em maior ou menor repercussão, com as necessidades gerais (in "Competências na Constituição de 1988", Fernanda Dias Menezes de Almeida, Ed. Atlas, 1991, pág. 124, grifamos)

Dessa forma, se o que predomina são os interesses do Município, repercutindo a norma sobre necessidades imediatas da Comuna, como ocorre no presente caso, há que se reconhecer a competência legislativa da esfera municipal.

Saliente-se, ainda, que o projeto consiste em medida que atende o interesse público, eis que proporciona ao cidadão maior segurança.

Ante o exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa é pela Legalidade do Substitutivo apresentado.

Quanto ao mérito a Comissão de Administração Pública entende que a pandemia do coronavírus exige enfrentamento por meio de estratégias diversas e a cooperação entre entes públicos, na visão de Cruz, Araújo e Batista (2011) permite o alinhamento das estratégias acerca da construção do diagnóstico do problema, os insumos e custos necessários para solucioná-lo e quanto cada ator pode compartilhar (recursos materiais, financeiros, humanos e tecnológicos, entre outros).

Nos termos do artigo 1º do substitutivo ora em análise, é apresentado que a Municipalidade poderá assumir riscos referentes à constituição de garantias ou contratar seguro privado, nacional ou internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura dos riscos referentes à responsabilidade civil, nos termos do instrumento de aquisição ou fornecimento de vacinas celebrado, em relação a eventos adversos pós-vacinação, desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha concedido o respectivo registro ou autorização temporária de uso emergencial.

A propositura estabelece que as garantias "poderão ser realizadas por meio de instrumento de conta vinculada ("escrow account") de titularidade da Prefeitura de São Paulo, mas movimentada por agente financeiro mandatário, conforme especificações contratuais".

O termo "Escrow account", que pode ser traduzida para o português como "conta-caução" é uma garantia prevista em contrato como medida de prudência para mitigar os riscos inerentes às operações, sendo mantida sob a responsabilidade de um terceiro até que as cláusulas deste acordo sejam cumpridas.

Além deste aspecto de garantias, vale destacar o amplo uso de consórcios públicos, segundo dados Observatório Municipalista de Consórcios Públicos, organizado pela Confederação Nacional de Municípios, no Brasil existem 488 consórcios públicos, englobando 4.074 municípios. Desses, 238 são consórcios de direito público na área de saúde.

No município de São Paulo, até o dia 9 de março de 2021, vieram a óbito 27.667 pessoas, e foram aplicadas até o momento, 1.011.820 doses, entre a primeira e segunda doses, número que ainda é muito distante dos 11.914.851 habitantes do município.

Além das tragédias familiares, é oportuno apresentar o grande prejuízo para os quadros da administração pública municipal, pois dentre as vidas ceifadas, foi perdido o apoio técnico profissional de agentes comunitários, médicos especialistas – pediatras, ortopedistas, cardiologistas, por exemplo, pedagogos, bibliotecários, agentes de apoio, AGPPs, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, segundo dados publicados pelo SINDISEP. Deste modo, é imperioso que se tomem providências para a ampliação da oferta de vacinas de modo a complementar ao Plano Nacional de Imunizações.

Desta forma, a Comissão de Administração Pública é favorável ao substitutivo apresentado.

Por sua vez, a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher destaca que a pandemia do Covid-19 tem se apresentado como uma tragédia populacional em que a devastação demográfica mundial vem alcançando os maiores níveis da história moderna. No Brasil os números não tem sido diferentes, sendo que no município de São Paulo, a média móvel dos óbitos novos confirmados de residentes apresentou uma nova curva ascendente a partir de novembro de 2020, sendo mantida a tendência de alta nos primeiros meses de 2021. Essa curva demonstra claramente que ocorreu uma aceleração no ritmo de contágio do Covid-19, o que alguns especialistas chamam de segunda onda, e cujas consequências afetam vários aspectos sociais, econômicos e de saúde pública dos paulistanos.

A vacinação ampla de forma a se imunizar grande parte, senão a totalidade, de uma população é extremamente necessária não somente para localidades ou cidades de forma individualizada, mas para a maior amplitude regional possível, eis que os limites geográficos são permeáveis à transmissão epidêmica e somente com a imunização geral será possível controlar e erradicar a doença no país.

O protocolo de intenções e o estabelecimento de garantias, objeto da presente propositura, visam à aquisição de vacinas para um grande número de municípios que representam uma parcela considerável da população brasileira, ou seja, está completamente adequada à lógica de se imunizar a maior quantidade de pessoas possível para que se possa atingir uma proteção coletiva duradoura e eficaz, reduzindo drasticamente as taxas de transmissão do Covid-19.

Pelo exposto, a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, quanto ao mérito que se deve analisar, entende que o presente projeto merece prosperar, sendo, portanto, favorável o parecer ao substitutivo.

Do ponto de vista da Comissão de Finanças e Orçamento, a finalidade da propositura em agilizar a vacinação da população do município de São Paulo e também atender possíveis demandas por medicamentos, equipamentos e insumos para os serviços públicos de saúde, permitirá, de forma mais rápida e segura, a retomada da atividade econômica assim como da renda e do emprego, impactando positivamente, por sua vez, nas receitas do município. Por outro lado, o Consórcio Público de abrangência nacional, que já conta com a manifestação de interesse de 1703 municípios, permitirá uma condição mais favorável nas negociações de preço e forma de pagamento devido aos ganhos de escala.

Além disso, a propositura poderá, de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 1º, constituir garantias para a cobertura dos riscos referentes à responsabilidade civil em relação a eventos adversos pós-vacinação, que poderão ser penhor de valores mobiliários, hipoteca de bens móveis dominiais cuja alienação tenha sido autorizada por lei municipal ou vinculação de receitas municipais, respeitado o art. 167, IV da Constituição Federal.

Neste sentido, nada há a opor à propositura, uma vez que visa permitir uma retomada mais rápida da atividade econômica, da renda e do emprego, com impacto positivo nas receitas municipais, além de mitigar os riscos inerentes à responsabilidade civil através da constituição de garantias, que respeitam as leis municipais, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal. Portanto, o parecer desta Comissão é favorável ao substitutivo ora apresentado.

Sala das Comissões, em 16/3/2021.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ver. Alessandro Guedes (PT)

Ver. Carlos Bezerra Jr. (PSDB)

Ver. Faria de Sá (PP)

Ver. Gilberto Nascimento (PSC)

Ver. Rubinho Nunes (PATRIOTA)

Ver. Sandra Tadeu (DEM)

Ver. Sansão Pereira (REPUBLICANOS)

Ver. Thammy Miranda (PL)

Ver. Toninho Vespoli (PSOL)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ver. Arselino Tatto (PT)

Ver. Edir Sales (PSD)

Ver. Erika Hilton (PSOL)

Ver. George Hato (MDB)

Ver. Gilson Barreto (PSDB)

Ver. Milton Ferreira (PODE)

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

Ver. Alfreddinho (PT)

Ver. Felipe Becari (PSD)

Ver. Janaina Lima (NOVO)

Ver. Juliana Cardoso (PT)

Ver. Luana Alves (PSOL)

Ver. Rinaldi Digilio (PSL)

Ver. Xexeu Tripoli (PSDB)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Ver. Atílio Francisco (REPUBLICANOS)

Ver. Delegado Palumbo (MDB)

Ver. Dr. Sidney Cruz (SOLIDARIEDADE)

Ver. Elaine do Quilombo Periférico (PSOL)

Ver. Fábio Riva (PSDB)

Ver. Fernando Holiday (PATRIOTA)

Ver. Isac Felix (PL)

Ver. Jair Tatto (PT)

Ver. Marcelo Messias (MDB)

SECRETARIA DA CÂMARA**MESA DA CÂMARA**

PORTARIA 12572/21

NOMEANDO ADRIANO ONGARO, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, referência QPLCG-6, no 36º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 12573/21

NOMEANDO MARIA DA GLORIA RIOS OLIVEIRA, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE APOIO PARLAMENTAR, referência QPLCG-2, no 52º Gabinete de Vereador.

DECISÃO DE MESA Nº 4692/21

Memo. Procuradoria nº 042/21

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no § 1º do artigo 3º do Ato 974/07, REFERENDA as designações de Christiana Samara Chebib Lienert, RF 11265, e Carlos Eduardo de Araujo, RF 11341, para prestarem apoio técnico à Comissão Parlamentar de Inquérito – Aplicativos (Processo RDP nº 00006/2021), conforme solicitado no memorando em epígrafe.

DECISÃO DE MESA Nº 4693/21

Memo. Procuradoria nº 043/21

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no § 1º do artigo 3º do Ato 974/07, REFERENDA as designações de Ana Helena Pacheco Savoia, RF 11453, e Camila Moraes Cajaba Garcez Marins, RF 11470, para prestarem apoio técnico à Comissão Parlamentar de Inquérito – Animais (Processo RDP nº 00002/2021), conforme solicitado no memorando em epígrafe.

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP-2**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR****PAUTA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 17 DE MARÇO DE 2021, ÀS 15 HORAS**

I - PARTE – EXPEDIENTE

Apresentação de indicações e requerimentos; leitura de correspondência apresentada e de projetos; apresentação, discussão e votação de moções e requerimentos de audiência do Plenário.

PEQUENO EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): Vereador Isac Felix (PL)

GRANDE EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): Vereador Ricardo Teixeira (DEM)

II - PARTE - ORDEM DO DIA:

ficam mantidos os itens da Pauta da 13ª Sessão Ordinária publicada no D.O.C. de 4 de março de 2021, e disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.saopaulo.sp.leg.br), conforme § 6º do art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).

PAUTA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA 17 DE MARÇO DE 2021, LOGO APÓS A 17ª SESSÃO ORDINÁRIA:

Ordem do dia:

1 - PR 13 /2021 , DA MESA DA CÂMARA

Dispõe sobre o reembolso ao órgão ou entidade cedente, nos casos de afastamento de servidores ou empregados públicos, sem prejuízo de vencimentos, para prestarem serviços na Câmara Municipal de São Paulo, bem como sobre o reembolso à Idilidade paulistana, no caso de funcionários públicos por ela afastados sem prejuízo de vencimentos